

nhecer a fortuna que tiveram os textos bartolomeanos em França e no mundo de língua inglesa, concluindo pela sua divulgação pouco sistemática e muito alargada no tempo. O italiano Agostino BORROMEO estabelece as pontes entre o pensamento do padre conciliar e o dos bispos italianos, quer durante o concílio quer depois.

Têm uma dimensão de estudo da espiritualidade os dois textos assinados por VARANDA e por HUERGA. No primeiro procura-se a presença de São Bernardo de Claraval no «Stimulus». No segundo, de forma clara e estimulante, analisa-se a espiritualidade «épica» (p. 648) de D.Frei Bartolomeu dos Mártires naqueles traços que possui da sua própria época mas, também, de individualidade própria e característica. Da história canónica dessa espiritualidade «heróica» (p. 648) trata, mais à frente, Innocenzo VENCHI ao desenhar, de forma interessante, a história do processo de canonização em todas as suas vicissitudes ao longo dos séculos XVII a XX.

Aquilo que sobressai de todas estas comunicações permite-nos uma síntese: um frade da Ordem de São Domingos, bispo e padre conciliar, vivendo na Península Ibérica/Europa da Reforma Católica, cruzando-se com Ribera, Granada e Borromeu. Mas o que era ser bispo, em Portugal/Braga/Europa/Milão, neste final do século XVI de aplicações tridentinas? Este é um dos campos de investigação que pode resultar aprofundado a partir dos estudos e documentos publicados nestas *Actas*.

Para além do elevado número e qualidade da grande maioria das comunicações, houve ausências neste Congresso, quer nacionais quer internacionais, de alguns consagrados historiadores dos mundos do religioso do período moderno. Talvez que, congressos como este obriguem, cada vez mais, a estruturas em que autores/especialistas possam assegurar a apresentação de temas propostos previamente e que, pelo enquadramento que realizam das restantes contribuições avulsas, permitam: 1º saber o que se sabe; 2º saber o que falta saber; 3º saber como se pode fazer para se saber (métodos); 4º saber porque é que é importante que se saiba (interdisciplinaridade).

Podem estar satisfeitos os organizadores do Congresso pelo que possibilitaram com a publicação destas *Actas* aos investigadores, em geral, e àqueles que pela temática da história religiosa moderna mais se interessam. Os pormenores que apontámos de faltas, alguma inércia problematizante ou criativa, quanto a temas e a métodos, não são razão suficiente para deixarmos de salientar a importância do trabalho feito e a impossibilidade, hoje, de se estudar o tempo de D.Frei Bartolomeu dos Mártires sem se considerarem as aportações de todos estes vinte e oito estudos.

António Camões Gouveia
(F. C. S. H. da U. N. L.)

MENDONÇA, Manuela - *D. Jorge da Costa, «Cardeal de Alpedrinha»*. Lisboa: Edições Colibri, 1991. 115 p.

A correcta apreciação desta obra exige que se esclareça, previamente, que foi elaborada como *estudo complementar*, destinado a ser defendido em provas públicas de doutoramento, pelo que, de acordo com a legislação em vigor, não deveria ultrapassar as cinquenta ou sessenta páginas, residindo nesta restrição legal a expli-

cação para o facto de nos encontrarmos perante um pequeno livro dedicado à grande figura dos séculos XV-XVI, que foi o Cardeal Alpedrinha. Face a esta constringente limitação de espaço, a Autora optou por se ocupar essencialmente da biografia deste prelado que, tendo estado ligado à Corte portuguesa, antes e depois de ascender ao episcopado, exercido como prelado de Évora e futuro arcebispo de Lisboa, viria a passar os últimos vinte e oito da sua vida, na Cúria Romana, onde chegou, em meados de 1480, já como Cardeal de Portugal.

Tendo optado por rever e ampliar a biografia de D. Jorge da Costa, mais conhecido como Cardeal Alpedrinha, apesar de algumas referências dispersas, não pôde ocupar-se da sua acção pastoral, como seria desejável, uma vez que foi bispo de Évora e arcebispo de Lisboa, nem ampliar outros aspectos abordados de forma sintética neste estudo, podendo servir de exemplos a acção desenvolvida em Roma e a sua intervenção no plano cultural. Mas nem por isso este estudo deixa de ser meritório, pela visão do conjunto que proporciona da biografia desta figura cimeira da vida política e da Hierarquia portuguesas da segunda metade do século XV e do primeiro decénio da centúria de *quinhentos*, não só pelas precisões críticas que fez sobre diversos aspectos da vida do ilustre biografado, em que a lenda suplanta a história, mas também aduzindo importantes contributos documentais recolhidos nos Arquivos Nacional da Torre do Tombo, Distrital de Braga e Secreto do Vaticano, e na documentação conservada nas Bibliotecas Nacional de Lisboa e Pública de Évora, em cuja dependência se encontra o Arquivo do Cabido da mesma cidade, bem como em numerosas fontes impressas.

Embora no limitado espaço disponível não seja possível exemplificar e justificar exaustivamente a dimensão do sentido que atribuímos às afirmações prece-dentes, impõe-se aludir a alguns aspectos mais expressivos da invasão da lenda na realidade histórica que foi a vida do futuro Cardeal Alpedrinha, em particular em relação às suas primeiras décadas, quanto ao nome da mãe, condição social dos pais, data de nascimento, problemas de identificação de outros irmãos ou simples parentes, da desmesurada distância cronológica entre os seus nascimentos e o do próprio D. Jorge da Costa, formação cultural e circunstâncias em que entrou ao serviço da Corte como pedagogo das infantas D. Catarina e D. Joana, etc., etc., temas sobre os quais abundam posições contraditórias, não sendo fácil, por vezes, fixar uma posição absolutamente defensável.

Um dos pontos mais delicados e confusos era o da identificação dos progenitores do Cardeal, dada a multiplicidade de opiniões, sem a necessária base documental, acrescendo que algumas datas avançadas criavam situações de ordem biológica, difíceis de aceitar, se D. Jorge da Costa tivesse nascido em 1406, pois seu pai, Martim Vaz, teria de assumir as responsabilidades da paternidade apenas com doze anos de idade.

Cruzando diversas informações segundo uma correcta dedução histórica, a partir de dados concretos, a Autora avança com a opinião plausível de que o futuro Cardeal Alpedrinha terá nascido em 1416 e não em 1406, quando seu pai tinha 21 ou 22 anos e não 12, passando a diferença de idade com o irmão imediato a ser de 16 ou 17 anos, e tendo-se ordenado com a idade canónica de 26 anos, na Congregação de Cónegos de Vilar de Frades ou Lóios e não com a idade avançada de 36, que teria se tivesse nascido em 1406 (p. 24). É certo que não ficou dito com a mesma clareza se a mãe foi Maria Anes da Costa, de condição social relativamente elevada, ou

Catarina Gonçalves da Costa, a *forneira* de Alpedrinha (p. 8), embora pareça inclinar-se, com algumas reservas, para a segunda hipótese (p. 17 e 30).

Na sequência destas análises, ressalta também a hipótese de este Cardeal e o arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, não serem irmãos, mas apenas respectivamente tio e sobrinho (p. 16-17), assunto que será de todo o interesse esclarecer definitivamente.

Nos capítulos seguintes, além de abordar o tema da formação cultural de D. Jorge da Costa, integrado na Congregação dos Lóios, tendo conseguido uma boa formação humanística e a licenciatura em Teologia, certamente na Universidade de Lisboa, Manuela Mendonça estudou as circunstâncias em que o futuro Cardeal de Portugal entrou na Corte, como mestre da Infanta D. Catarina, filha mais nova de D. Duarte, vindo a ser nomeado bispo de Évora, em 1463, arcebispo de Lisboa, no ano seguinte, e, finalmente, a pedido de D. Afonso V, cardeal, em 1476.

Durante a longa estadia na Corte, além de mestre das infantas D. Catarina e D. Joana, foi confessor do *Africano*, ao serviço do qual integrou também diversas missões diplomáticas, não sendo, por isso, de estranhar o conjunto de títulos e bens que lhe foram concedidos por este monarca. Tendo-se, porém, apercebido de que os projectos políticos do Príncipe D. João, futuro D. João II, não se coadunavam com os seus, em 1480 partiu para Roma, onde faleceu em 1508.

Apesar da concepção política que o separava de D. João II, excepção feita das questões do *Beneplácito régio* e da legitimação do bastardo D. Jorge, a fim de poder suceder ao *Príncipe Perfeito*, as relações entre eles foram boas, passando pelo prestigiado Cardeal de Lisboa os assuntos que chegavam à Cúria Romana, relativos a Portugal. Bem diferentes, porque muito tensas, viriam a ser as que o opuseram a D. Manuel I, que, afinal devia a Coroa à oposição do Cardeal à pretendida legitimação do bastardo afonsino, D. Jorge, residindo o principal pomo da discórdia no facto de o Cardeal D. Jorge da Costa ter assumido o governo do Arcebispado de Braga por morte do arcebispo seu homónimo.

Embora a Autora revele alguns aspectos da acção mecenática do Cardeal a favor de diversos portugueses, que então frequentavam as universidades italianas, de acordo com o seu projecto inicial, dentro do espaço disponível, privilegiou a componente política desta biografia, acentuando também as linhas dominantes da sua personalidade.

A amostra de problemas aqui apresentada basta para justificar a imperiosa necessidade de, em situações idênticas, se proceder a minuciosas reconstituições factológicas e análises críticas que permitam esclarecer a complexidade dos problemas, em geral agravada pela escassez de fontes documentais. Mesmo que se trate de um género de trabalho que não agrade aos partidários de uma história conceptualizante, é absolutamente indispensável e não pode ser minimizado. Conforme esclarecemos logo de início, o presente estudo estava radicalmente limitado na sua extensão pela referida exigência legal. Apesar disso, a Autora pôde escrever com propriedade: «A figura de D. Jorge da Costa, pensamos que mais conhecida a partir de agora, continua com vários aspectos em aberto que poderão ser contemplados em estudos posteriores» (p. 75). Esta afirmação ajuda-nos a compreender esta obra no que é e sempre pretendeu ser: uma síntese biográfica do Cardeal Alpedrinha, em que Manuela Mendonça revelou a sua capacidade de inves-

tigadora, traduzida no domínio das técnicas de pesquisa, da crítica histórica e na facilidade de transmissão escrita dos resultados obtidos.

J. Marques

GOUVEA, António de - *Ásia Extrema, Primeira Parte, Livro I*. Edição, Introd. e Notas de Horácio Araújo. Lisboa: Fundação Oriente, 1995.

Vários anos terão ainda de passar, certamente, até que os historiadores e orientalistas tirem todos os ensinamentos da *Ásia Extrema* de António de Gouvea. Quer quanto às relações de Portugal com a China, quer quanto às vicissitudes do Cristianismo no Império do Meio, quer ainda no que toca à descrição seiscentista da própria China, o texto que agora é dado à estampa abre perspectivas novas em todas essas áreas do conhecimento. A circunstância de se tratar de um texto português reforça o nosso prestígio como nação que deu uma dinâmica ao diálogo entre civilizações, que marcaria o mundo moderno.

A sinologia, como ramo científico do saber e tal como é hoje definida, assenta em larga medida nos contactos luso-chineses desde os começos do séc. XVI, e nos textos fundamentais que daí resultaram. Com efeito, a sinologia nasce com a chegada dos portugueses ao Império do Meio, alicerça-se com o surgimento de Macau em meados do século, e firma-se definitivamente com a chegada dos Jesuítas no último quartel da mesma centúria.

Está de parabéns o Doutor Horácio Araújo, não só pela iniciativa de «pegar» no texto extenso de António de Gouvea, mas sobretudo pelo rigor e qualidade que soube pôr no seu trabalho. Muito útil é a leitura do capítulo «contextualização histórico-cultural», pois aí se dá conta dos antecedentes de variada natureza, que nos situam na época em que Gouvea escreveu.

O Doutor Horácio Araújo dá-nos uma cuidada síntese dos historiadores, viajantes, aventureiros que deixaram escritas as suas impressões sobre a China, até meados do século XVII. Tenha-se presente que durante o «século franciscano» - meados do século XIII a meados do séc. XIV - houve uma considerável produção literária sobre a China, o mais conhecido dos autores sendo Marco Polo. Mas pela atitude mental ainda fortemente imbuída dos preconceitos medievais em relação ao fantasmagórico Oriente, os seus escritos, com todo o valor que têm, não vão para além de uma proto-sinologia. Ao termo desse século franciscano, seguiu-se um longo silêncio de cerca de 150 anos até à época em que o primeiro português, Jorge Álvares, em 1513, pôs pé em território chinês. Ao iniciar-se aí um novo ciclo nos contactos entre o Ocidente e a China, era ténue, para não dizer esquecida, a memória daqueles contactos dos séc. XIII e XIV. A isto acrescia a dificuldade, só desaparecida com a viagem de Bento de Góis no séc. XVII, de a Europa de então considerar como entidades distintas o Cataio e a velha Seres.

O Doutor Horácio Araújo informa-nos no capítulo seguinte sobre o que se sabe acerca do autor da *Ásia Extrema* e da sua obra. Arruma de forma muito útil para os estudiosos, o que antes, inevitavelmente, estava disperso em livros e artigos; e inova, naturalmente, no que toca à estrutura da *Ásia Extrema* e às fontes, ocidentais